

# **O tempo como transforma(dor): sobre o desejo da maternidade e seus (in) sucessos<sup>1</sup>**

**Juliana Borges de Souza<sup>2</sup>**

## **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo pensar conceitos centrais de gênero, moralidade, violência e temporalidade na produção do parentesco ao longo da história da antropologia. A ideia é pensar os efeitos do movimento feminista na produção do se fazer ciência. Desta forma, proponho o trabalho de pensar como o feminismo mudou os estudos de parentesco. Seguindo o debate de parentesco, baseado no texto da Janet Carsten (2014) sobre a materialidade do parentesco penso a questão da “temporalidade” e a noção de “mutualidade do ser” do Sahlins(2013). A noção de temporalidade é atravessada nas relações de parentesco, violência, moralidades e afetos. Desta forma, analisando as narrativas das membras do grupo de Luto à luta: grupo de apoio a perda neonatal e gestacional, entendo que ao falar sobre a relação da perda do filho, é acionada também a figura do tempo passado/presente/futuro, no sentido usado pelas interlocutoras que passaram pela perda neonatal e gestacional, de que “sou mãe e sempre serei mãe”. Essa produção de memória, produz também “uma condição de parentesco que religa as nossas conexões com o passado, mas também nosso senso de quem nós somos no presente e na possibilidade de criar parentesco no futuro”( CARSTEN,2014, p.115).

Palavras-chaves : parentesco, gênero e temporalidade

## **A crítica feminista e a retomada dos estudos de parentesco**

O parentesco foi um dos objetos que construíram a história da disciplina antropológica e, durante muito tempo foi um dos métodos centrais para os estudos de organizações sociais de sociedades tribais. Até a década de 70, o “sexo” era tomado como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais PPGCS/UFRRJ.

uma categoria "natural" que se reproduzia como regras universais - como na teoria levistraussiana, que a sexualidade era dada como um "instinto natural". Com o efeito dos movimentos feministas dos anos 70 e 80, o debate de parentesco começou a incorporar o recorte de gênero em suas análises, buscando desnaturalizar as relações de parentesco. Sobre a cerne da discussão da construção da "ciência", Schiebinger (2001) aponta que isso implicava pensar nas postulações do universo masculino, construindo visões que produzem e reproduzem visões masculinas:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, e, por isso, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

De acordo com Overing *et al* (2001) ao incluir as vozes e temas das mulheres em suas análises antropológicas e nas etnografias mudaria também as concepções sobre a própria disciplina. As mulheres na antropologia, na história da disciplina, como mostrou Mariza Corrêa (2003)<sup>3</sup>, por mais que existissem, apareciam como coadjuvantes em suas pesquisas antropológicas. Como advento do movimento feminista, ao pôr em xeque as perspectivas das relações de gêneros começou a redirecionar o debate, inclusive do parentesco. As análises sob a perspectiva do gênero, enquanto uma categoria analítica, contribuiu e contribuem para compreensão e construção de sistemas de práticas e de valores que organizam o mundo social.

Sherry Ortner, nos anos 70, escreveu um clássico chamado "Está a mulher para natureza assim como o homem está para cultura?" que dizia muito das preocupações das pesquisadoras/acadêmicas feministas da época. Em suma, a ideia era tentar explicar o status das mulheres enquanto um aspecto secundário do feminino na sociedade e como isso aparecia como uma verdade universal. Ela queria entender a lógica que subjaz o pensamento cultural a qual assume uma inferioridade feminina. A autora chega a três explicações para sua tese, as mulheres são inferiores aos homens por conta de (1) os elementos ideológicos culturais, (2) os esquemas simbólicos e (3) e as classificações socio-estruturais. Nesse cenário a ideia de que há algo na espécie dominante (nos machos)

---

<sup>3</sup> Correa analisou a trajetória e as contribuições de três mulheres que fizeram parte da história da antropologia, a saber : Emília Snethlage, Leolinda Daltro e Heloísa Alberto Torres. Em **CORRÊA, M. Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003**

que faltam às fêmeas. Ela chega a conclusão de que os processos corporais das mulheres as quais não tem uma função específica, a não ser para procriação (como os seios, menstruação etc) seria a base da submissão. A mulher por gerar vidas precípuas enquanto os homens criariam objetos que são duradores, eternos e transcendentais levaria o status da inferioridade feminina.

Sobre esse tensionamento entre o feminismo e a maternidade, Scavone (2001) aponta que os debates amadurecem no período do fim dos anos 1960 aos meados da década de 1980. As mudanças advêm nas sociedades ocidentais devido às transformações realizadas pós-Segunda Guerra Mundial, a grande rapidez da industrialização e da urbanização; a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho; o controle da fecundidade e da contraceção, por meio da medicalização, destacando a pílula contraceptiva.

A autora consagra três momentos do movimento feminista acerca das visões sobre a maternidade. No primeiro foi entendido que a maternidade era um “defeito natural”, e a negação da maternidade seria o primeiro passo para acabar com a dominação masculina, e a mulher então seria reconhecida com outras potencialidades. O segundo momento é a negação do “defeito natural”, e a maternidade é posta como identidade e poder feminino de gerar filhos. E o último momento é a desconstrução do “defeito natural”, mostrando que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (*ibid* p.141). Este último adveio com a expansão das novas tecnologias reprodutivas.

Vale a pena dizer que o movimento feminista, além de trazer tensionamento sobre a questão da maternidade, os outros marcadores da diferença foram postos em cena ao longo da história do movimento, mostrando sua pluralidade e concepções. Carneiro (2017) aponta que a crítica das feministas negras da década de 1980 está na essencialização da categoria mulher, em relação às feministas brancas:

Crítica das feministas negras na década de 1980 ao feminismo branco, que, em tese, havia essencializado a ideia de mulher, tanto no corpo quanto na noção de mulher branca, sem ponderar a respeito da diversidade entre as mulheres. Foi justamente por isso que as feministas negras passaram a dizer ser impossível de se reconhecerem enquanto sujeitos da experiência e de direitos sem que, a um só tempo, raça, classe e gênero se comunicassem

e compusessem uma interface a não ser separada (CARNEIRO, 2017, p. 419-420).

Na mesma esteira da Orther, podemos destacar outro clássico, da pesquisadora/antropóloga/feminista Gayle Rubin(1993) , chamado o "Tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo", também da década de 70. Nesse artigo, ela faz uma crítica as teorias marxista, freudiana e levistraussiana. Sob este último autor<sup>4</sup>, vamos destacar por sua pertinência nos estudos de parentesco na antropologia. A autora diz que as teorias podem fornecer instrumentos conceituais com os quais se podem elaborar descrições da área da vida social que é o lócus da opressão das mulheres. Dessa forma, ela cunha um conceito chamado sistema de sexo/gênero, que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p.3).Para a autora os sistemas de parentesco são maneiras de exprimir empiricamente do sistemas de sexo/gênero. O parentesco expõe formas concretas da sexualidade organizada socialmente e as reproduzem.

Rubin (1993) vai refletir sobre a construção de análise de Lévi-Strauss, que entende a essência dos sistemas de parentesco naquilo que reside na troca de mulheres entre homens, ele vai, de acordo com Rubin, construir uma teoria implícita da opressão sexual. O intercâmbio de mulheres não seria o construtor da cultura, mas como bem apontado por Piscitelli, (1998) , trata-se de uma percepção de certas relações sociais da construção do sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Como Rubin (1993,p. 25) aponta:

Os sistemas de parentesco não se limitam simplesmente a trocar mulheres. Eles trocam também acesso sexual, status genealógicos, nomes de estirpes e ancestrais, direitos e pessoas – homens, mulheres e crianças – dentro de sistemas concretos de relações sociais. Essas relações sempre incluem determinados direitos para os homens, e outros para as mulheres. “Troca de mulheres” é uma maneira sintética de expressar o fato de que as relações sociais de um sistema específico de parentesco determinam que os homens têm certos direitos sobre as mulheres de sua família, e que as mulheres não têm os mesmos direitos nem sobre si mesmas nem sobre seus parentes de sexo masculino. Nesse sentido, a troca de mulheres revela

---

<sup>4</sup> Estou me referindo as críticas de Rubim em relação ao Lévi-Strauss

uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas.

O que se tinha de plano de fundo, como apontado por Orther(1979) e que também aparece nas análises de Rubin(1993), era o desejo por parte das agendas políticas das pesquisadoras feministas , de uma mudança de uma ordem social e cultural, na qual a classificação do potencial do mundo seja aberto tanto as mulheres quanto para os homens.

Claudia Fonseca (2003) relembra a ideia de Fox de 1967 sobre o lugar do parentesco canônico nos estudos da antropologia, sendo este central para constituição da disciplina. Ainda neste período de 1973, ela analisou um livro celebre chamado "Character of Kinship" organizado por Jack Goody. Tinham como os autores Goody, Edmund Leach, Fredrik Barth, Maurice Bloch, Stanley Tambiah, J Barnes, Julian Pitt-Rivers, Raymond Smith e Andrew Strathern a maioria britânicos, trabalhando na linha de Meyers Fortes (p.14). É interessante quando Fonseca (2003) retrata a foto da capa desta coletânea para ilustrar os valores que subjaz a proposta dos estudos da época . Trata-se de uma escultura de bronze de Henry Moore que mostra um homem, uma mulher e duas crianças em atitudes de convívio familiar, sem rosto, sem cor, mostrando o tom de peso e universalidade impessoal do projeto editorial. Tinha um "tom afetivo e moral da família nuclear anglo-saxã. A justaposição do título e da imagem produz a sensação (sem dúvida intencional) de que esse núcleo é a célula matriz da sociedade" (*ibid.*, p.14).

Após este volume, em paralelo nas décadas de 70 e 80 no campo da antropologia, com emergência dos estudos de gênero houve um hipotético declino nos estudos de família e parentesco, aconteceu o que autora chamou de uma suposta " década de silêncio" sobre a produção editorial com as temáticas do parentesco. Em 2000, quase três décadas depois da edição de 1973, Carsten vai dizer que não se teve uma obra de peso na antropologia que discutisse a temática do parentesco. Em contraponto, Fonseca traz a imagem do livro editado de 1998 chamado *Relative Values*, consequência da conferência Wenner-Gren em contraste do livro "Character of Kinship". A capa do livro é imagem irônica de uma família convencional. O artista mexicano Julio Galán desenhou um casal, o gato representando a mãe e o cachorro representando o pai, atrás da figura de um menino humano. "As três figuras estão de pé, seus corpos imobilizados por causa dos panos que, em estilo de múmia egípcia, os encasulam. As suas diferentes personalidades aparecem apenas nas cabeças, essas sim, preservadas e com olhar penetrante."(*ibid.*, p.15). Essas mudanças se deram sobretudo com a relação da produção feminista com a

ciência tradicional, "implicando num rearranjo de categorias analíticas que não somente lança uma nova luz sobre o passado, mas também (oxalá) ajuda a formular uma agenda frutífera para estudos no futuro" (*ibid*, p.26).

Pensando nas sociedades ocidentais modernas, Schneider (1980) vai analisar os símbolos do parentesco americano. A construção de um parente na cultura americana para o autor é uma pessoa relacionada por sangue ou por casamento. Desta forma, o parentesco é formulado em termos biogenéticos concretos. Se tem a concepção de que uma criança ocorre durante "um ato de relação sexual, onde metade da substância biogenética que forma a criança é contribuída pelo pai, seu genitor, e metade pela mãe, sua genitora. A relação de sangue é, portanto, uma relação de substância, de material biogenético compartilhado"(p.38). Nos sistemas do "parentesco euro-americano", com a figura de Schneider e Strathern, esses antropólogos nos lembram que este sistema submerge uma combinação de valores que enfatiza, por um lado, "uma crença em um componente 'natural' – fundamentada em substâncias compartilhadas (sangue e sêmen) – e, por outro lado, um componente jurídico-social calcado na escolha individual, o afeto e o cuidado"(FONSECA,2013 p.270). Por conseguinte, no contexto euro-americano, podemos pensar na concepção de afeto alargando a noção de família (cf. Strathern 2005)

Sob esta perspectiva, as novas luzes sobre o parentesco aparecem em cena, podemos destacar a homoparentalidade<sup>5</sup> como exemplo. Ao pensar sobre a filiação adotiva e os usos de novas tecnologias reprodutivas, indo de embate nas ligações da ideia de natural que simbolizava a imutabilidade das relações sociais no parentesco (Strathern,1991,p.1014). O uso das tecnologias e de artifícios jurídicos permitem que a ideia de ter filhos seja tomada por opção/escolha pessoal. Ao afastar a ideia de uma família nuclear, aquela ligada a procriação sexuada e da filiação biogenética, esse rearranjo de família balança com as nossas crenças do que é natural (FONSECA,2007,*passim*). Essas mudanças perpassam por embates políticos, ambiguidades culturais da nossa época. O trabalho de Grossi(2003) mostra como se deu as mobilizações de grupos organizados pela lei de parceria civil de pessoas do mesmo sexo e como as mobilizações produziram efeitos nas mídias brasileiras, nas terminologias

---

<sup>5</sup> O conceito de homoparentalidade refere-se, tal como salientado por UZIEL (2007), a uma família que é classificada em função da orientação sexual dos pais.

de parentesco , nos casos de adoções e nos debates religiosos sobre a homoparentalidade. Dessa forma, pudemos refletir sobre as múltiplas parentalidades, sob efeitos dos estudos de parentescos. A seguir, proponho a pensar a temporalidade e as relações da perda do filho nas relações de parentesco

## **CONSTRUINDO ARRANJOS PARENTAIS E RELAÇÕES DE GÊNEROS SOB A PERSPECTIVA DA PERDA NEONATAL E GESTACIONAL**

Frente a proposta de refletir sobre os efeitos dos estudos de gênero na produção do parentesco nas sociedades, proponho pensar nas relações familiares sob a égide do luto neonatal e gestacional. Entendo que ao falar sobre a relação da perda do filho, é acionada também a figura do tempo que (re)figura as relações de parentesco, passado/presente/futuro, no sentido usado pelas interlocutoras que passaram pela experiência da perda neonatal e gestacional. Especificamente, para a escrita deste breve texto, privilegiarei um evento público compartilhado na rede social do *facebook* da página “Do luto à Luta: Apoio à Perda Gestacional e Neonatal” em decorrência do dia das mães, com a campanha #eusempresereimãe.

No ano de 2014, após ter vivenciado a experiência da perda de seu filho, a psicóloga Larissa Rocha Lupi junto a sua irmã gêmea Clarissa Rocha - que meses depois também vivenciou a perda neonatal – fundou o grupo “Do Luto à Luta”. Atualmente este grupo é associado a uma fundação internacional chamada Elisabeth Kübler-Ross<sup>6</sup> Foundation, localizado no bairro de Copacabana do Rio de Janeiro, que tem como o slogan do seu site o nome da instituição acrescentado a frase: "Educação, assistência & Transformação social em Tanatologia, Luto e Cuidados Paliativos", coordenado pelo psicólogo Rodrigo Luz e pela psicóloga Daniela Freitas.

Este grupo de apoio de luto neonatal e gestacional, atuando de forma virtual e presencial, pode ser entendido como movimento social e terapêutico conforme apontado

---

<sup>6</sup> Sobre a teoria de Elisabeth Kübler-Ross, de acordo com Machado e Menezes (2018, p.71) a “psiquiatra suíça radicada nos Estados Unidos, tornou-se referência mundial na assistência a doentes terminais, ao formular o modelo de cinco etapas vividas pelo enfermo, segundo padrões de respostas emocionais adaptativas, frente à notícia da proximidade da morte, comunicada pela equipe médica. Estas etapas - negação, raiva, negociação, depressão e, por fim, aceitação da morte - representam uma inovação na abordagem ao tema. Ao objetivar um processo de aceitação, esta teoria promove uma modificação nas representações do morrer como um fenômeno da vida humana que deve ser vivido e elaborado, passível de receber intervenções de profissionais capacitados com conhecimentos específicos”

pelas autoras Melo & Vaz (2018, p.4), e apresenta-se em seu site oficial, do grupo do Luto à Luta, como:

Uma comunidade de apoio à perda gestacional e neonatal! Pedimos tratamento mais humano e empático nas maternidades do Brasil para os casos de perda gestacional e neonatal, em respeito ao sofrimento de gestantes e familiares (SITE OFICIAL, LUPI, 2018).

De acordo com Lupi (2018), no site do coletivo, informa que o grupo tem o intuito de pensar uma acolhida diante da perda do filho em uma dimensão política, e reivindicar uma assistência mais “humanizada” nas maternidades, com por exemplo, o direito do enlutamento do filho, do registro do nome etc. No site do grupo em questão existem relatos de mulheres que receberam anestesia geral para que fiquem inconsciente e não tenham a “escolha” / o “direito” de se despedir do seu filho e isto é entendido por estas interlocutoras como uma forma de “desumanização” ao luto. A qual aparece também como um discurso, dentro dos moldes apontados por Velho (2001), nas camadas médias urbanas, que traz para si, uma análise individualista que tem uma identificação subjetivada das relações, valorizando o saber da psicologia e/ou psicanálise

Memmi (2011), traz uma referência histórica, da mudança de comportamento em relação ao tratamento com o luto neonatal e gestacional. A autora relata que entre meados da década de 1980 e a década de 1990, nos hospitais franceses, a morte do feto ou da criança começaram a sofrer algumas mudanças radicais na recepção e na relação com a morte e com seus familiares. Antes era previsto esconder a criança morta e incentivar que os pais continuassem a vida. O contato sensorial com os mortos era evitado, se tinha a ideia de impedir o contato fisicamente ou psiquicamente, caso fosse necessário era utilizado anestésias gerais e antidepressivos para impedir a relação com o contato do corpo do morto.

As relações da instituição hospitalar no contexto europeu, de acordo com Memmi (2015) acionavam um voluntarismo social para o luto, trata-se de um convite sistemático feito aos pais para assistirem ao filho morto. Tornando desta forma, fundamental a ideia da materialidade e a incorporação da memória. E a partir deste debate, começou-se a incentivar as mulheres para se manter com o corpo da criança morta, se tinha menos sedação, e sim uma maior mediação sobre o vínculo mãe-filho, com base em sua própria materialidade (MEMMI, 2015). Desta forma instaurou a presença de novos profissionais



para lidar com a morte, responsáveis por acolher, lavar e vestir esta criança, mesmo quando a manipulação é dificultada pelo estado do corpo, como por exemplo o registro em fotografias do filho, dentre outras ações . Existe, portanto, um imperativo da materialidade e visibilidade deste corpo para constituição da produção deste luto. Podemos pensar nos termos da Strathern(1995), que essas relações não fazem apenas os filhos, mas fazem também as mães.

Nas narrativas das mulheres que compartilharam suas experiências no site do grupo, é frequente também que o relato de que seus sofrimentos eram provenientes de mau atendimento nas unidades de saúde; como por exemplo: gestantes sendo parabenizadas erroneamente pela equipe de enfermagens, recepcionadas com imagens de cegonha em quartos coletivos ou falta de informação sobre os procedimentos. Depois desses e outros casos que também revelam a chamada “violência obstétrica”<sup>7</sup>, é interessante perceber as experiências de “dor” e “sofrimento” dessas mulheres sendo (re)significadas, e convertendo-se em demandas por direitos.

À luz do conceito de economia moral cunhado por Fassin (2014) como uma “economia de valores e normas morais de um dado grupo em um dado momento” (2014, p.5), que visa legitimar políticas estatais, objetivo pensar como a produção de política a favor de uma “humanização” e assistência está suportada na ideia de que essas mulheres são “vítimas”. Além da categoria “vítima” abarcar uma questão subjetiva, carrega também um sentido político. O que está em jogo então é a “garantia a empatia social e a transformação delas em sujeito político, condição para a constituição de um movimento social reivindicativo e libertário”, como aponta Sarti (2009 *apud* Pulhez 2015, p. 94).

Sobre a categoria “sofrimento social”, Kleinman (2000, p. 227) aponta que é o resultado da consciência histórica do testemunho, cujo contexto é sempre o das relações de poder. Trata-se de um sentimento resultante de dimensão de uma violência decorrente das diferenças de gênero, de sexualidade, de etnias e/ou de classes sociais, dentre outras limitações da capacidade de atuação dos sujeitos. Existe uma dimensão afetiva e moral, diante da dor e do sofrimento. A relação com a dor é situacional, conforme aponta Le

---

<sup>7</sup> Trata-se da prática de violência na gestão da vida (FOUCAULT, 1979), pautada por um ato institucional promovido no setor da saúde, que pode abranger desde o pré-natal até a posterior assistência ao parto e pós-parto.

Breton (2013), ela depende das variações sociais, culturais, pessoais, relacionais e contextuais, é fruto de uma educação (p.14). A dor sentida, para além de meros fluxos sensoriais , é:

uma percepção que suscita primeiro a questão da relação do indivíduo com o mundo e da experiência acumulada a esse respeito. Ela não escapa à condição antropológica das outras percepções. É simultaneamente experimentada e avaliada, integrada em termos de significado e de valor. Nunca puramente fisiológica, a dor pertence à esfera simbólica (LE BRETON,2013, p.16)

A presente análise apresenta-se permeada pelo campo da “Antropologia das Emoções” e seus atravessamentos de gênero, produção de sujeitos e movimentos sociais. Nessa direção, partindo dos estudos sobre as emoções, é interessante buscarmos interfaces que possam contribuir para compreendermos os sentidos atribuídos na produção de uma narrativa sobre aquelas/les que passam pela experiência do enlutamento no período gestacional e neonatal. Dessa forma, como aponta Cláudia Rezende (2012, p. 830), as gramáticas emocionais são empregadas no interior do grupo como formas específicas de expressão, as quais “negociam ou contestam também visões de mundo e valores morais de um grupo social ou sociedade” (REZENDE, 2012, p. 830).

### **Tempo e suas relações**

Por outro lado, entendo como necessário também analisar o modo pelo qual as dimensões das vidas dos sujeitos e da produção dos saberes médicos e não médicos se articulam à ajuda mútua, à produção de práticas sociais e de moralidades a partir da questão de vivenciar a perda do filho. Dessa forma, podemos nos aproximar no entendimento na dimensão do ordinário<sup>8</sup>, de como isso pode produzir implicações para a compreensão da vida cotidiana (DAS, 2011, passim).

Proponho pensar as relações como Veena Das (1996) compreende um “evento crítico”, sendo este circunstâncias provocadas por brutalidades institucionais decorrentes

---

<sup>8</sup> Proponho a pensar as relações com a vida de Asha, uma das personagens que Veena Das trás nas suas análises sobre o agenciamento da vida ordinária, em contraste da narrativa da luta de Antígona para enterrar Polínicos, o que fez com suas próprias mãos. DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. cadernos pagu, n. 37, p. 9-41, 2011.

das ações de integrantes do Estado, como no contexto da Partição da Índia em 1949, que levou à criação do Paquistão. A autora analisa os efeitos nas formas de vida dos sujeitos, principalmente das mulheres no contexto após a Partição. Ao fazer a apropriação do termo para o contexto em questão, alargando o sentido considerando, que para algumas mulheres, a perda neonatal ou gestacional em decorrência de uma violência institucional pode ser lida como um “evento crítico”. Pois neste caso, entendo este acontecimento como aquele que altera as subjetividades e as formas de estar no mundo dos sujeitos envolvidos no processo da perda do filho.

Refletindo sobre o conceito de “mutualidade de ser” do Sallhins (2013), sendo esta a ideia de que pessoas que são membros uma das outras, que participam intrinsecamente em cada existência do outro. Então pensar na questão do parentesco também é pensar na "mutualidade do ser", desta forma, pessoas que são pertencentes à existência de um outro. Juliana Farias e Adriana Viana (2011), no seu artigo sobre a narrativa de dor e resistência de mães e familiares que tiveram os filhos mortos pela polícia militar no Rio de Janeiro demonstram essa ideia de mutualidade de ser e de quase viver a vida do outro, por meio de sonhos, sangramento e premonições:

Lucila, cujo filho foi morto na Polinter, contou-nos que estava em casa, passando roupa e se preparando para visitá-lo quando ouviu claramente Padre Marcelo, a quem estava acompanhando no rádio, dizer-lhe "seu filho já não está aqui, mãezinha", tendo certeza nesse momento que "algo de muito ruim tinha acontecido". Silvana teve um sangramento inexplicável no momento em que seu irmão foi morto por policiais na mesma favela onde mora e ainda hoje tem visões dele. Além delas, outras mães e parentes – sempre mulheres - mencionam também ter sonhos constantes com os mortos.( VIANA e FARIAS,2011,p106-107) .

Por outro lado, ao pensar nas práticas do parentesco à luz de Judith Butler (2003), com um:

conjunto de práticas que estabelece relações de vários tipos que negociam a reprodução da vida e a demanda da morte, então as práticas de parentesco são aquelas que emergem para dirigir as formas fundamentais da dependência humana, que podem incluir o nascimento, a criação das crianças, as relações de dependência e apoio emocional, os vínculos de gerações, a doença, o falecimento e a morte (BUTLER 2003, p.221)

Se o parentesco é um conjunto de relações que negociam a reprodução da vida e a demanda da morte, ele também é entendido como aquilo que é vivenciado. Precisamos, então, como sugere Carsten (2014), perceber os condutores dessa mutualidade e suas

reversões, como eles podem agir e como o tempo é solidificado nesses processos. O tempo como um agente que transforma as relações está suportada nas análises e reflexões de Veena Das(1999). Além disso, ao abordar os testemunhos femininos de violência, transformados em memórias silenciadas (conhecimento venenoso), dedicando-se a analisar como mulheres violadas percebem o trabalho do tempo. Dessa forma “ aquilo que constitui o não-narrativo dessa violência é o que é indizível<sup>9</sup> nas formas da vida cotidiana” (ibid.,p.39). Podemos pensar nos termos da Strathern(1995), que essas relações não fazem apenas os filhos, mas fazem também as mães.

Sobre a campanha #EuSempreSereiMae<sup>10</sup>, que ocorreu por conta do dia das mães, a qual as mulheres relatam em vídeos curtos de suas memórias com seus filhos antes e depois de sua morte. A campanha teve a seguinte chamada no grupo virtual da página do facebook:

Dia das Mães chegando, filhos comprando presentes, família se organizando para o almoço de domingo, declarações de amor espalhadas pelas redes sociais e nas propagandas de televisão. Poderia ser simplesmente mais uma data comemorativa, se não fosse por um detalhe: meu colo vazio. Ter um (a) filho (a) no céu é sempre difícil, mas o Dia das Mães potencializa, e muito, toda dor e saudade. Já que não podemos mudar o passado, temos a chance de escolher como queremos passar essa data. A campanha de Dia das Mães do Movimento Luto Parental Brasil propõe que todas as mães possam compartilhar lembranças dos seus filhos, independentemente se eles estão aqui fisicamente. Participe você também gravando um vídeo de até um minuto com uma linda recordação do seu filho ou filha e publique com a #eusesempresereimae. E se você conhece uma mãe que perdeu seu filho e quer homenageá-la neste domingo, te convidamos a presenteá-la com uma rosa branca simbolizando o filho que partiu e uma rosa na cor rosa para os filhos que estão vivos. O amor deixa memórias que nem sempre foram vividas! #eusesempresereimae.

Nesta campanha as mulheres diziam nos vídeos a idade que os/as filhos/as morreram, variando entre as semanas em vida intra-uterina até as idades adultas. Em alguns relatos aparecia também fotos dos filhos, contam alguma memória, de

---

<sup>9</sup>Sobre aquilo que não é dizível são “as violações do corpo que não podem ser ditas, porque pertencem ao mundo das coisas, ou das feras, ou das máquinas, contrastam com as violações que podem ser inscritas na vida cotidiana, quando se pode permitir que o tempo realize seu trabalho de reinscrição, reescritura ou revisão das memórias da violência.” (DAS, 1999, p.39)

<sup>10</sup> Aqui estou me referindo a uma campanha virtual #EuSempreSereiMae. Disponível em: <[https://www.facebook.com/cuidadocomaperdagestacionaleneonatal/?epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/cuidadocomaperdagestacionaleneonatal/?epa=SEARCH_BOX)>.

forma breve, com o filho e no final do vídeo é exibido o nome do filho seguido da frase “[o nome do filho] me ensinou que sempre serei mãe”. Gostaria de destacar que houve também uma campanha para o dia dos pais. Diferentemente do dia das mães, me parece que os pais antes de falar sobre as memórias com o/a filho/a, sensibilizam primeiro que eles também sofrem, que o luto paterno também existe e que, portanto, também são legítimos para falar dessa relação. Já as mães não falam da importância desse luto, pois já é visto como um dado. Em comparação das suposições sobre mães e pais, Strathern (1995), analisa que na cultura euro- americana, o relacionamento entre mãe e filho, é tomado como auto-evidente pela factualidade concedida pela gestação e pelo nascimento. Este é tomado, nesta cultura, como uma expressão de “desejos naturais” em relação aos filhos. Mas a paternidade não se apoia no mesmo tipo de factualidade. Dessa forma, como aponta Machado (2013, p.103) nesta relação “entre pai e mãe, a mãe é reconhecida, enquanto o pai é construído”

A morte e o morrer são imbuídas de valores morais e relações construídas, dessa forma não pode ser isento de seu significado e reduzido à biologia, como aponta Lock(2002). Acerca do debate sobre a morte e a vida, como aponta Menezes e Luna(2017, p.631), são constituído de "conceitos estruturantes dos valores compartilhados em cada cultura, que possibilitam acesso às concepções vigentes de pessoa". O conceito de pessoa, apontado por Duarte (2012, p. 141) é representado pela ideia de ser um ser relacional dentro de uma teia de relações, ou seja, são "entes socialmente relevantes imersos em sua rede de relações e em sua trama densa de atribuições e significados". Durante a campanha sobre o dia das mães, a nomeação do/a filho/a aciona uma constituição de pessoa, ao ponto que "o nome identifica e distingue a pessoa ao mesmo tempo que a situa num tecido de relações familiares, demarcando o acesso a direitos e o assumir de obrigações" (Pina-Cabral, 2005, p.27). O nome dado ao filho, produz uma materialidade, a qual produz também processos de objetificação dos laços de afetos que se constituem ao longo do tempo(ibid.,p.28) . O conceito do tempo, de Das (1999) é percebido como um agente transformador das relações sociais e como estas reconstroem as relações de parentesco. Penso que entre o dizível e o indizível, o parentesco, como aponta Carsten (2014), também se faz na criação de histórias, que conectas a outras histórias maiores ou mais intimas. A temporalidade aparece no parentesco como um processo graduado, as relações se acumulam ou assolam ao longo do tempo. Dessa forma, é preciso pensar no “ lugar da experiência, intuição,

emoção e memória no parentesco, na maneira em como eles são investidos com qualidades e ressonâncias particulares”(p.115). Podemos então analisar também como constituímos as relações de parentesco após a morte, através da produção da temporalidade, da memória, “da comida, do espaço vivido, fotografias, cartas, roupas, relíquias, e outras substâncias que são boas para transmitir as essências das pessoas e seus relacionamentos ao longo do tempo” ( ibid., p.113). Por fim, o trabalho do tempo, nos termos de Veena Das, constitui as relações de parentesco tanto na produção do nosso passado quanto a do nosso presente e nas projeções das relações de parentesco no futuro.

### **À guisa de uma conclusão:**

Este trabalho teve como objetivo trazer aquilo que fui instigada a pensar sobre as perspectivas teóricas sobre o parentesco e suas implicações. Analisando os conceitos e os efeitos dos movimentos feministas (cf. BUTLER, 2014; FONSECA,2013; ORTNER,1976; PISCITELLI,1998; RUBIN,1993) trabalho do tempo (DAS,1999) , moralidades (cf.FASSIN,2017; DAS,2019; KLEINMAN,2000; VIANA & FARIAS,2011) e parentesco (cf.CARSTEN,2000; SAHLINS,20013; SCHNEIDER,1980; STRATHERN,2012; VIVEIROS DE CASTROS,2002) , propondo uma reflexão antropológica na interseção destas questões. É interessante pensarmos os efeitos da produção do parentesco nas relações familiares sob a égide do luto neonatal e gestacional, a partir da noção da “temporalidade” da Janet Carsten (2014) e a noção de “mutualidade do ser” do Sahlins (2013). Foi percebido como que a noção de temporalidade é atravessada nas relações de parentesco, violência, moralidades e afetos. Por fim, destaco a importância de acionar o nome do/a filho/a no contexto do luto neonatal e gestacional. Pois isto cria uma ideia de uma noção de pessoa relacional, desta forma ao falar sobre a relação da perda do filho, é efetuado um imperativo da materialidade (MEMMI,2015) do corpo e do nome , que através da figura do tempo passado/presente/futuro, no sentido usado pelas interlocutoras do grupo de Luto à Luta: grupo de apoio neonatal e gestacional , de que “sou mãe e sempre serei mãe ”. Essa produção de memória produz também uma condição de parentesco que nos conecta com o tempo do passado, e de quem somos no tempo do presente, e cria as possibilidades de fabricar nossas relações de parentesco no futuro( CARSTEN, 2014).

## Referências

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

CARNEIRO, Rosamaria. O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.394-424, 31 dez. 2017.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@ u**, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.

CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

CORRÊA, M. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003 cultura? In: 1979.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford University Press, USA, 1996.

DAS, Veena. **Ethics as the Expression of Life as a Whole**. Disponível em: <[https://www.academia.edu/14431568/Ethics\\_as\\_the\\_Expression\\_of\\_Life\\_as\\_a\\_Whole](https://www.academia.edu/14431568/Ethics_as_the_Expression_of_Life_as_a_Whole)>. Acesso em: 1 jul. 2019.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **cadernos pagu**, n. 37, p. 9-41, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Pessoa e indivíduo. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza et al. **Direito temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2012.

ELISABETH KÜBLER-ROSS **Foundation**. Disponível em:<<https://ekrbrasil.com/sobre-nos/>>. Acesso em: 1 jan. 2020 .

FASSIN, D . Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França, **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, p. 122, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2467> . Acesso em: 2 fev . 2017 ,

FONSECA, Claudia Lee Williams. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **Ilha: revista de antropologia**. Florianópolis, SC. Vol. 5, n. 2 (dez. 2003), p. 5-29, 2003.

FONSECA, Claudia. Lucro, cuidado e parentesco Traçando os limites do "tráfico" de crianças. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 269-291, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995(1979)

GROSSI, Miriam Pillar. Gender and kinship: gay and lesbian families in Brazil. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 261-280, 2003.

LOCK, M. Inventing a new death and making it believable. **Anthropology and Medicine**, v. 9, n.2, p. 97-115, 2002.

LUPI, Larissa. **Do Luto à Luta: Apoio à Perda Gestacional e Neonatal**. Disponível em: <<https://dolutoalutaapoioaperdagestacional.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MACHADO, Igor José de Renó. O inverso do embrião: reflexões sobre a substancialidadeda pessoa em bebês prematuros. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 19, n.

1, p. 99-122, Apr. 2013 .

Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

MACHADO, Renata De Moraes; MENEZES, Rachel Aisengart. Gestão Emocional do Luto na Contemporaneidade. **REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**, v. 2, n. 3, p. 65-94, 2018.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. Perda gestacional e neonatal, um sofrimento como outro qualquer. Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação Xxvii Encontro **Anual da Compós, Minas Gerais**, Belo Horizonte - Mg., v. , n. , p.1-22, 30 jul. 2018. Disponível em: <[www.compos.org.br/anais\\_encontros.php](http://www.compos.org.br/anais_encontros.php)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MEMMI D. Le corps dans l’histoire des sensibilités. **Cairn.info [online]**, n. 97, p. 131-145, jul/dez. 2015.

MEMMI, D. **La seconde vie des bébés morts**. Paris: Éd. de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2011.

MENEZES, Rachel Aisengart; LUNA, Naara. Gestação e morte cerebral materna: decisões em torno da vida fetal. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 21, n. 62, p. 629-639, Sept. 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832017000300629&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000300629&lng=en&nrm=is)> Acesso em: 30 dez. 2019.

MISSE, Michel et al. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos-Entrevista com Veena Das. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-14, 2018.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura. **ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.**



OUÉDRAOGO, Ramatou; GUILLAUME, Agnès. Un désir d'enfant non abouti? Grossesse et avortement chez les jeunes femmes à Ouagadougou (Burkina Faso). **Anthropologie et Sociétés**, v. 41, n. 2, p. 39-57, 2017.

OVERING, Joanna; FORTIS, Paolo; MARGIOTTI, Margherita. Kinship in Anthropology. **International encyclopedia of the social & behavioral sciences, online version updated**, v. 2004, p. 8098-105, 2001.

PINA-CABRAL, J. **O limiar dos afetos**: algumas considerações sobre nomeação e a constituição

PISCITELLI, A. “Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco”. In: **Revista Estudos feministas**, ano 6, segundo semestre, 1998.

PULHEZ, Mariana Marques. “Parem a violência obstétrica”: a construção das noções de ‘violência’ e ‘vítima’ nas experiências de parto. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 35, pp. 544-564, Agosto de 2013.

PULHEZ, Mariana. **Mulheres mamíferas: práticas de maternidade ativa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015

REYNOLDS, Pamela. The ground of all making: state violence, the family and political activists. In: DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela. **Violence and subjectivity**. Los Angeles, London: University California Press, 2000.

REZENDE & COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REZENDE, C. Emoção, corpo e moral em grupos de gestante. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, p. 830-849, dez/2012.

RINALDI, Alessandra. **Conectividade**. Disponível em: <<https://alessandrarinaldi.com.br/conectividades-laboratorio-de-estudos-de-parentesco-e-de-familia/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. **Notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAHLINS, Marshall.. **What kinship is... and is not**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **cadernos pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência. **Bauru: Edusc**, p. 32, 2001.

SCHNEIDER, David. **“Parentes e “A família”**. O parentesco americano. Um exposição cultural. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016[1980].

STRATHERN, Marilyn. “Parentes são sempre uma surpresa: biotecnologia em uma era do individualismo”. *Parentesco, Direito e o Inesperado*. 2012[2005].

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista*

STRATHERN, Marilyn. Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução. **Análise social**, p. 1011-1022, 1991.

URPI Montoya Uriarte, « O que é fazer etnografia para os antropólogos », **Ponto Urbe [Online]**, 11 | 2012, posto online no dia 14 Março 2014, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://pontourbe.revues.org/300> ; DOI : 10.4000/pontourbe.300.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Editora Garamond, 2007.

VELHO, Gilberto. 2001. “Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias”. **Interseções: Revista de Estudos Disciplinares**. Rio de Janeiro: PPGCS/UERJ, nº 2, ano 3, jul./dez. pp. 45 – 52.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **cadernos pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O conceito de sociedade em antropologia** In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Ed. Cosac & Naify, SP, 2002.